

SOCIOLOGIA PÚBLICA: Um caminho para o ativismo sociológico*

Por **Giovani Miguez****

“Vocação é diferente de profissão. Na vocação a pessoa encontra a felicidade na própria ação. Na profissão o prazer se encontra não na ação. O prazer está no ganho que dela se deriva.”

Rubem Alves

RESUMO

Este trabalho discute a sociologia pública como caminho para a prática do ‘ativismo sociológico’, entendido como atitude ética embasada em conhecimentos e teorias sociológicas. Para isso, buscou-se contextualizar o surgimento da sociologia enquanto campo de conhecimento científico e analisar o seu papel face à consolidação do neoliberalismo. Investiga-se também o que é a “sociologia pública” no contexto das demais sociologias tipificadas por Michael Burawoy. Ao final, a partir do entendimento do que se denomina “ativismo sociológico”, recomenda-se o estímulo e o fomento de laboratórios interdisciplinares para pesquisar o impacto do conhecimento sociológico em diversas áreas dos saberes humanos e o desenvolvimento em programas de pesquisa e extensão de uma metodologia de qualificação para ‘ativistas sociológicos’ numa perspectiva transdisciplinar.

Palavras-chave: ativismo sociológico, sociologia pública, transformação social.

SUMÁRIO

1. Introdução **2.** Conhecimento científico e o surgimento da sociologia **3.** A ordem mundial: globalização, neoliberalismo e os limites da sociologia tradicional (profissional) **4.** O argumento da sociologia pública **4.1.** Sociologia pública ou sociologias públicas? **4.2.** A repercussão da sociologia pública **5.** Da sociologia pública ao ativismo sociológico: considerações finais **6.** Referências

* Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão da especialização em Sociologia

** Gestor Público, especialista em Sociologia.

1 - INTRODUÇÃO

A Sociologia, enquanto disciplina, soma-se à Ciência Política e à Antropologia no campo das Ciências Sociais e ocupa, assim, relevante posição na educação brasileira. Essa posição se consolidou com a inclusão obrigatória da disciplina no ensino médio pela Lei n. 11.684, de 2 de julho de 2008.

Se, por um lado, a inclusão obrigatória da disciplina veio ao encontro dos anseios e reivindicações de numerosos cientistas sociais e sociólogos em especial, por outro, colocou diante destes o desafio e a responsabilidade histórica, política e pedagógica de ensinar a disciplina a milhares de jovens brasileiros.

Não se pretende com isso formar sociólogos, mas formar indivíduos capazes de enxergar e pensar o mundo através das ferramentas da Sociologia. Trata-se, portanto, de uma oportunidade única de amplificar a capacidade intelectual através do estímulo, por exemplo, da “imaginação sociológica”, que “permite compreender as vivências e experiências circunscritas às vidas individuais e entender a vida social do ponto de vista que enfatiza e ressalta as interações e relações entre homens e mulheres” (HANDFAS; OLIVEIRA, 2009, p. 6).

A inclusão da Sociologia enquanto disciplina escolar no ensino médio levanta para os sociólogos investidos na função de educadores uma vasta gama de oportunidades e amplia, também, a importância diálogo entre o sociólogo e a sociedade já que as questões fundamentais da sociologia passam, de certa forma, a pertencer ao rol de saberes diversos favorecendo o pensar o mundo através da sociologia¹.

O papel a ser desempenhado pelo sociólogo enquanto interlocutor e articulador entre as questões sociológicas e a própria sociedade será o objeto de estudo deste trabalho. Emerge, então, como questão norteadora para nosso estudo o modo como os saberes sociológicos podem servir de instrumento na formação de indivíduos – e, por que não dizer, profissionais – que, a partir do momento em que acessem tais saberes possam utilizá-los a serviço da própria sociedade.

Nesse ínterim, duas são as questões norteadoras: Como a sociologia poderia ser útil a estes profissionais? Ou, ainda, como esses profissionais poderiam ser, em seus respectivos campos, úteis à disseminação do saber sociológico e ao próprio sociólogo? Uma hipótese provável é a possibilidade de se transformar tais interlocutores entre a ciência da sociedade e a própria sociedade em ativistas da causa sociológica e, assim, da própria sociologia, transformando-a.

A partir das reflexões de Bauman e May (2010, p.17), sobre o “pensar sociologicamente” e a “questão central da sociologia” abre-se uma imensa possibilidade de

diálogo. Por exemplo: entre a Sociologia (ciência) e a própria sociedade (objeto de estudo) existem diversos “intermediários” – entre eles os meios de comunicação – que acabam, de certo modo, privatizando as questões sociais e fazendo com que “o assunto da sociologia esteja embutido em nosso cotidiano sem o que, aliás, seríamos incapazes de conduzir nossas vidas na companhia dos outros” (Ibid., p. 19).

Se as ações humanas e as interações sociais – enquanto objeto de estudo sociológico – já foram analisadas e nominadas pelos próprios atores, não é impossível afirmar que tais conhecimentos já podem ser considerados como incorporados ao senso comum, estabelecendo, desse modo, uma fronteira entre o conhecimento sociológico formal e o próprio senso comum, questão, aliás, de suma importância tanto para a identidade da sociologia, quanto para a manutenção de um corpo de conhecimento sociológico coeso (Ibid., p. 20-21).

Destarte,

[...] pensar sociologicamente [entre outras coisas] pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade, daí decorrendo sentidos afiados e olhos abertos para novos horizontes além das experiências imediatas, a fim de que possamos explorar condições humanas até então relativamente invisíveis (Ibid., 25).

Nas páginas que se seguem, pretende-se compreender o que é a “sociologia pública”, sua distinção entre as demais sociologias tipificadas por Michael Burawoy² e, ao final, refletir sobre como um sociólogo pode – se possível for –, através da “sociologia pública”, transformar indivíduos em ativistas que, mesmo não sendo sociólogos, utilizam-se dos saberes e das ferramentas da ciência da sociedade com o objetivo de transformar a sociedade através do engajamento intelectual ou, ainda, do ‘ativismo sociológico’.

2 - O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA

Partindo do conceito básico de Barros (2006, p. 11) de que o “conhecimento é a tomada de consciência de um mundo vivido pelo homem e que solicita uma atitude crítico-prática, envolvendo o mundo sensível, perceptivo e intelectual do ser pensante”, começamos neste item uma reflexão

¹ ver BAUMAN; MAY, 2010 e Simmel, 2006.

² Sociólogo americano de inspiração marxista, professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley. Burawoy foi eleito em 2004, presidente da Associação Sociológica Americana (ASA).

acerca da importância do conhecimento para o homem e a sociedade, conhecimento esse que tem em si a busca da transformação social.

Desde o seu nascimento, o homem, em contato com a natureza e os objetos que o cercam, aprende por princípios de inclusão e exclusão a distingui-los. Interpreta seu universo ao seu entorno e organiza a sociedade através da sua cultura. Quando os sistemas sociais e experienciais apresentam fragilidades, limites e conflitos, os homens são convidados à reflexão e ao ato de pensar para solucionar os problemas, gerando assim novos saberes, novas cosmovisões.

Ao longo da história, os homens desenvolveram várias formas de produzir conhecimento. Porém, na modernidade, o método hegemônico adotado para produzir conhecimento é o científico.

Para Barros (Ibid., p. 13), o saber científico é o “aperfeiçoamento do conhecimento comum, sendo obtido através de um procedimento metódico, o qual mobiliza explicações rigorosas e/ou plausíveis sobre o que se afirma a respeito de um objeto ou realidade.”

Barros firma ainda que o conhecimento científico além de ater-se aos fatos, é analítico, comunicável, verificável, organizado e sistemático. É explicativo, constrói e aplica teorias e depende de investigações metódicas.

Apesar de sua sistemática e rigidez, o conhecimento científico também traz em si suas contradições. Por exemplo, muitos cientistas se dividem sobre a definição dos objetos de pesquisa das Ciências Naturais e das Ciências Sociais. Enquanto as primeiras têm por objeto a natureza, nas ciências sociais o objeto é o próprio homem, que tem em si as características da instabilidade e da historicidade, sendo ele mesmo sujeito e objeto de sua própria pesquisa. Não convém aqui aprofundar essa discussão.

Foi pensando em resolver os vários problemas sociais que surgiram no século XIX em decorrência da consolidação do capitalismo industrial na Europa, que surgiu a Sociologia, ramo da ciência que se propôs a estudar o homem, os fenômenos sociais e seus sistemas, a fim de propor soluções para a realidade. August Comte é considerado o fundador dessa ciência na perspectiva positivista, corrente de pensamento que teve como grande seguidor o sociólogo Émile Durkheim. Uma segunda corrente de pensamento que também recebe o crédito de co-fundadora da sociologia é pautada nas ideias compreensivo-analíticas de Max Weber. A terceira corrente, que também teve importante papel para a consolidação da sociologia, foi o marxismo, que tomou como base a crítica à sociedade burguesa. Apesar das peculiaridades de cada corrente, as três tornaram-se as matrizes clássicas da sociologia (MINAYO, 2007).

Ao longo do século XX, essas correntes foram difundidas pelo mundo, ganhando novos espaços e se subdividindo em outras linhas de pensamento, atuando nas mais variadas áreas da sociedade: educação, trabalho, criminalidade, industrialização, saúde e política, por exemplo. Porém, com grande influência da sociologia norte-americana, a corrente positivista-funcionalista teve um predomínio até meados dos anos 1970.

3 - A ORDEM MUNDIAL: GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E OS LIMITES DA SOCIOLOGIA TRADICIONAL (PROFISSIONAL)

A globalização é uma temática que requer bastante atenção para compreendê-la. Se, de um lado, é considerada um fenômeno inevitável, por outro, apenas um momento da atual direção do capitalismo, o qual pode ser superado, e já há sinais de resistência no mundo inteiro ao mesmo.

Neste texto, a mundialização do neoliberalismo será analisada com base nas reflexões de dois importantes pensadores contemporâneos: Pierre Bourdieu e Perry Anderson.

Para Bourdieu (2001, p. 28-29), a globalização nada mais é do que a expansão de um modelo ideológico de sociedade fundado numa sociedade particular, qual seja, a dos Estados Unidos da América. A ideologia atualmente dominante – o neoliberalismo – se encontra espalhada mundo afora e toma por princípios o modelo da sociedade norte-americana, e não é de se espantar que ela se imponha sobre as demais.

Inicialmente, Bourdieu afirma que as forças dominantes fazem crer que o atual modelo econômico está fundamentado nos seguintes postulados: primeiro, “a economia é de domínio autônomo governado por leis naturais e universais que os governos não devem contrariar”; segundo, “o mercado é o melhor meio de organizar a produção e as trocas de maneira eficaz e equânime nas sociedades democráticas”; e, por último, “a globalização exige a redução do Estado, alegando despesas desnecessárias no tocante aos direitos sociais, principalmente no que se refere ao emprego e às políticas de proteção social dos cidadãos” (Ibid., p. 31).

Analisando a economia norte-americana, o autor pontua suas reflexões sobre as políticas adotadas pelos Estados Unidos nas últimas décadas. Com a ascensão de Reagan ao poder nos anos 1980, o Estado passou por uma profunda reforma,

delegando responsabilidades do Poder Público à iniciativa privada. Para Bourdieu:

O Estado desertou de qualquer função econômica, vendendo as empresas que possuía, convertendo bens públicos como saúde, educação, habitação, segurança e cultura – livros, filmes, televisão, internet e rádio – em bens comerciais e os usuários em clientes, subcontratando os ‘serviços públicos’ no setor privado (Ibid., p. 31).

Essa fuga do Estado de suas responsabilidades se fundamenta na crença calvinista de que Deus ajuda àqueles que se ajudam, chegando a alegar que “fenômenos como desemprego tenha em suas causas a falta de interesse individual e pouca formação para o mercado”, deixando de lado as análises das estruturas sociais (Ibid., p.32).

Um segundo ponto que Bourdieu destaca é a crença radical dos norte-americanos no “espírito do capitalismo” (Weber, 1985), a busca do sucesso ancorado na ética do dever ter. Diz o autor: “A mentalidade calculadora impregna sem exceção toda a vida e todos os domínios da prática e está presente nas instituições (...) e nas trocas cotidianas” (Ibid., p. 32).

O terceiro ponto descrito por Bourdieu se refere ao individualismo, um dos pressupostos da ideologia neoliberal. As forças hegemônicas pregam “a filosofia da ação, o individualismo metodológico, os quais compreendem as ações como fenômenos isolados de cada cidadão”, desprezando quaisquer iniciativas de associação e movimentos sociais e sindicais que possam atrapalhar os caminhos das trocas econômicas (Ibid., p. 32).

Em quarto lugar, a flexibilidade torna-se objeto de análise do autor na medida em que ganha caráter de desproteção e exploração do trabalhador. Fazem da insegurança social um meio positivo para a organização coletiva, “capaz de produzir agentes de trabalho mais eficazes e produtivos”, salienta Bourdieu. Os novos tipos de contratos de trabalho permitem mais exploração do trabalhador – mais horas de trabalho e baixos salários – e também a dessocialização dos assalariados e atomização dos trabalhadores (Ibid., p. 33).

Por último, Bourdieu analisa a impregnação no pensamento norte-americano do darwinismo social: a luta constante pela sobrevivência. Uma contínua competição em que somente os mais fortes podem vencer. Isso leva a justificar certas fragilizações sociais, “recaindo a culpa pelo fracasso de alguns a eles mesmos, por não serem competitivos no mercado”. Essa alegação seria mais uma forma de tirar do Estado as suas responsabilidades (Ibid., p. 34).

O autor conclui suas reflexões mostrando caminhos para se lidar com a globalização e possíveis alternativas. É preciso ter um olhar cauteloso sobre “os veículos de comunicação, meios pelos quais os poderosos se utilizam muito bem para divulgar suas ideias e convicções, impondo suas políticas para aumentar seus

lucros”. Resistir à globalização, obriga-nos a compreender com afinco a sociedade norte-americana e sua influência mundial (Ibid., p. 34-35).

Já para Perry Anderson (1995, p. 9), o que nós conhecemos como nova força dominante que se alastra pela política, pela economia, pela cultura e tantas outras áreas iniciou-se no pós-guerra (1945) e ganhou força a partir dos anos 1970. As ideias neoliberais surgem como alternativas ao Estado intervencionista, principalmente ao New Deal norte-americano.

Em seu artigo *Balanço do neoliberalismo*, Anderson afirma ser o livro *Caminho da servidão*, de 1944, do austríaco Friedrich Hayek, o marco inicial do que hoje se conhece como neoliberalismo. O texto do pensador austríaco tem como objetivo central atacar as políticas adotadas pelos estados intervencionistas europeus e norte-americanos depois da Segunda Guerra Mundial, principalmente o partido trabalhista inglês que assumira o poder naquele momento.

Em 1947, Hayek convoca intelectuais do mundo inteiro que compartilhavam suas ideias, entre eles, Milton Friedman, um dos maiores liberais dos Estados Unidos, para discutir questões econômicas e propor alternativas à economia conduzida naquele momento pelo pensamento keynesiano. Seu ideário não foi bem aceito naquele momento, porque os países ricos da Europa e os Estados Unidos viviam um período que alguns denominam de “anos dourados” de suas economias: altas taxas de crescimento e desenvolvimento econômico.

Mas a partir da década de 1970, com a crise do petróleo e o surgimento de altas taxas de inflação, veio o desmoronamento do sistema keynesiano. E o que é pior: as taxas de lucro caíram bruscamente. Assim, as teorias defendidas por Hayek foram trazidas para as discussões do cotidiano dos intelectuais. As causas da crise, dizia Hayek, era “o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram o capitalismo – com greves constantes e pedidos de aumento de salário – e com o aumento dos gastos dos estados na área social. Por isso, a taxa de lucro das empresas caiu, provocando menos investimentos e altas taxas de inflação” (apud ANDERSON, 1995, p. 9).

O remédio receitado pelos neoliberais foi o seguinte: “Manter o Estado forte, sim, para conter o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro”, mas frágil em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. “A estabilidade econômica deve ser a meta suprema de cada governo”. Para tanto, é necessária uma disciplina

orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para “quebrar” os sindicatos (Ibid., p. 11).

Além disso, “são necessárias reformas fiscais e tributárias”, para baixar os impostos sobre os ganhos do capital, sobre as contribuições trabalhistas, para flexibilizar os contratos de trabalho, facilitando a demissão e o excesso de horas trabalhadas e um amplo programa de privatização (Ibid., p. 11).

A implementação do projeto neoliberal durou aproximadamente uma década – os anos 1970. Com a chegada ao poder de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980), na Inglaterra e nos EUA, respectivamente, é que os neoliberais puseram em prática suas teorias.

Segundo Anderson, a Inglaterra seguiu a risca o receituário neoliberal. “Conteve os gastos do Estado, fez reformas, privatizou empresas públicas e se absteve de certos serviços públicos de responsabilidade do Estado, combateu os sindicatos e as greves” (Ibid., p. 12). Mas nos EUA, o processo não se deu por completo, apesar de os norte-americanos terem feito mudanças profundas como já mencionadas por Bourdieu nos parágrafos anteriores. O Estado norte-americano vivia o período da Guerra Fria, o que “elevou os gastos com armamento na corrida armamentista” contra a União Soviética. A “disciplina orçamentária” pregada pelos neoliberais ainda está longe de ser cumprida pelos Estados Unidos. Mas pode-se fazer uma ressalva aqui: somente a economia norte-americana pode gastar tanto, em virtude de seu peso na economia mundial (Ibid., p. 12-13).

O neoliberalismo foi adotado, primeiro, nos países centrais do capitalismo. Em seguida, espalhou-se para países que se diziam de esquerda ainda dentro do círculo das potências. Depois, chegou à América Lática e em quase todo o resto do mundo. No caso específico da América Latina, Anderson diz que a partir dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, as políticas neoliberais se intensificaram em quase todos os países, liderados pelo Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, e pela Argentina, de Carlos Menem.

“Quanto à taxa de desemprego, a fragmentação dos sindicatos e o controle da inflação”, diz Anderson, “o neoliberalismo obteve êxito”. Mas quanto à “disciplina orçamentária”, há muito o que melhorar. Os estados continuam demandando muitos recursos para a área social, devido o desemprego e o aumento das aposentadorias (Ibid., p. 15). Anderson conclui que o neoliberalismo: “é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”. A tarefa de seus opositores é a de “elaborar outras receitas e preparar outros regimes alternativos” (Ibid., p. 22-23).

Podemos somar aos argumentos de Bourdieu e Anderson o alto grau de desenvolvimento nas áreas de tecnologia e comunicação (MINAYO, 2007). Todas essas mudanças não deixaram isoladas a vida acadêmica e a produção de conhecimentos. As universidades e centros de pesquisas tiveram que se reajustar aos novos tempos, tornando métodos tradicionais obsoletos e exigindo novas descobertas e inovações. No caso das Ciências Sociais, o Estado manteve-se como grande financiador de pesquisas, mas a cada dia empresas privadas vêm ocupando espaços significativos no setor de financiamento. Porém, essa ação do setor privado está sempre ligada aos interesses lucrativos das empresas, o que põe em xeque a concepção de ciência como um bem comum para toda a humanidade.

No campo específico da Sociologia, Michel Burawoy (2008, p. 38) faz um apelo instigante de que a sociologia tradicional, conceituada como profissional, já não corresponde aos desafios do mundo atual. O Estado, a quem a sociologia tradicional foi grande servidora, deixou de ser um provedor do bem comum à sociedade civil para se tornar seu inimigo, aliando-se ao mercado na demolição dos direitos conquistados pelos cidadãos. Para ele, é urgente um novo tipo de sociologia, a qual ele denomina de “sociologia pública”, para combater as forças do mercado neoliberal.

4 - O ARGUMENTO DA SOCIOLOGIA PÚBLICA

4.1. Sociologia pública ou sociologias públicas?

Em um século de vida, a sociologia construiu um conhecimento profissional através da tradução do senso comum e agora, segundo postula Burawoy, vem devolver – através do que ele denominou “sociologia pública” – o conhecimento àqueles que o originou, “distinguindo as questões públicas dos problemas privados e regenerando assim a fibra moral da sociologia” (BRAGA; BURAWOY, 2009, p. 19).

Esse retorno ao público que a nova sociologia pretende é uma postura crítica ao modo tradicional de se fazer sociologia. Para Burawoy, seus fundadores aspiravam que a disciplina fosse um espírito inquieto, pronto para captar e entender os problemas sociais e propor mudanças no mundo. Porém, ao se institucionalizar e cair nas garras das forças dominantes, a sociologia tornou-se burocrática, afastando-se dos públicos, vivendo, estritamente, no mundo acadêmico, fazendo com

que os sociólogos ficassem mais preocupados em garantir suas carreiras profissionais a lutar por um conhecimento comprometido com as mudanças sociais:

Os cursos padronizados, bibliografias validadas, hierarquias burocráticas, exames intensivos, resenhas da literatura, dissertações padronizadas, julgamentos de publicações, o todo-poderoso Curriculum Lattes, a procura por trabalho e estabilidade no emprego; a daí então policiar todos os colegas e sucessores para garantir que marchemos no mesmo caminho” (Ibid, p. 19).

Sociologia Pública, segundo Braga e Burawoy (Ibid, p. 223-4), compreende “um ‘estilo’ de se fazer sociologia ‘engajada’ que não confunde a indispensável busca da objetividade científica [...] com a adoção ostensiva de uma neutralidade moral e mesmo política”. Pelo contrário, este fazer sociológico “procura iluminar os elos existentes entre os problemas privados e os desafios públicos a partir de uma centralidade axiológica dos conhecimentos dos subalternos”. E ao compreender a Sociologia Pública como um estilo, Burawoy a caracteriza na medida em que a mesma propõe um modo de escrever e/ou se comunicar com variados públicos e, ainda, uma modalidade de “engajamento intelectual”.

Burawoy divide a Sociologia Pública em dois tipos: a tradicional e a orgânica. A diferença básica entre as duas está na natureza dos compromissos axiológicos assumidos por ambas. No primeiro caso, trata-se de um conhecimento sociológico de sociólogos que se utilizam de várias mídias para divulgar seus estudos acadêmicos. Não há, entretanto, interação entre o pesquisador e o público ou mesmo o engajamento de ambos em movimentos ou organizações.

Por outro lado, a Sociologia Pública Orgânica preconiza o engajamento do sociólogo com o público pesquisado. Uma interação dialógica que requer um processo de mútua educação. No encontro das partes, cada uma apresenta sua agenda e trata de ajustá-la à agenda do outro. Espera-se que a partir do diálogo o caráter reflexivo se amplie, chegando ao mundo acadêmico, o qual abordará os fundamentos de seus programas de pesquisa voltados aos públicos.

A preocupação nessa nova forma de fazer sociologia está em cuidar da imagem da disciplina tão estigmatizada ao longo dos tempos: “A sociologia pública orgânica se interessa em apresentar resultados científicos de forma acessível, o cuidado com o ensino básico e com a redação de material didático” (Ibid., p. 224).

Se essa nova concepção de sociologia se pauta no rigor científico e também no caráter axiológico e político, fica claro que as perguntas “conhecimento para quem?” e “conhecimento para que?” são inevitáveis. O compromisso da sociologia pública orgânica, segundo Burawoy, é com as lutas da sociedade civil, a única capaz de enfrentar as forças tirânicas do mercado e dos Estados. O sociólogo orgânico é aquele que luta pelo bem comum da

humanidade, visando modificar seus rumos através de novos horizontes.

Isso não significa que a sociologia pública orgânica só estude a sociedade civil. Não. Ela pesquisará o mercado e os Estados a partir do ponto de vista da sociedade civil. E assim, faz-se mister conceituar o que vem a ser sociedade civil para Burawoy:

Um campo de lutas onde as forças sociais do trabalho – partidos políticos operários ou radicais, sindicatos de trabalhadores, instituições educacionais, organizações ecologistas e feministas, comunidades religiosas, imprensa popular e uma ampla variedade de organizações de voluntários – enfrentam e resistem às forças sociais do capital” BURAWOY, 2009 apud BRAGA; SANTANA, 2009, p. 225).

Para reforçar seus argumentos, o sociólogo norte-americano constata que em todo o mundo há uma reação crescente às forças da privatização do espaço público e dos bens públicos, que esmaga os interesses das classes subalternas: “Durante os últimos trinta anos, os interesses das classes subalternas foram sendo progressivamente aviltados pelo neoliberalismo” (Ibid., p. 225).

Contudo, é importante salientar que a sociologia pública é apenas um tipo de sociologia na divisão do trabalho sociológico. Para fazer a defesa de sua proposta, Burawoy (2009, p. 28) faz uma profunda análise sobre as diferenças e semelhanças entre os outros tipos de sociologia, que ele descreve como Sociologia para Políticas Públicas, Sociologia Profissional e Sociologia Crítica.

Burawoy (2008, p. 33), tipificou a Sociologia do seguinte modo:

Sociologia Profissional: Conhecimento teórico/empírico, verificação por correspondência, legitimada por normas científicas, presta contas aos pares, atua politicamente por interesse profissional, tem como principal patologia a auto-referencialidade (acadêmica e instrumental).

Sociologia para Políticas Públicas: Conhecimento concreto, verificação pragmática legitimada por efetividade, presta contas aos clientes, atua politicamente para intervenção pública, tem como principal patologia o servilismo (extra-acadêmica e instrumental).

Sociologia Crítica: Conhecimento fundacional, verificação normativa, legitimada por visão moral, presta contas a intelectuais críticos, atua politicamente apenas no debate interno, tem

como principal patologia o dogmatismo (reflexiva e acadêmica).

Sociologia Pública: Conhecimento comunicativo, verificação consensual, legitimada por relevância, presta contas a públicos designados, atua politicamente para o diálogo público, tem como principal patologia o modismo passageiro (reflexiva e extra-acadêmica).

Como já foi elencada algumas das características da Sociologia Pública, voltamos agora a atenção para os outros tipos. Embora falem à mesma audiência extra-acadêmica, não sejam “mutuamente excludentes” e “antagônicas”, a Sociologia Pública e a Sociologia para Políticas Públicas diferem, entre si, quanto ao tipo de conhecimento que geram. A primeira é reflexiva como a Sociologia Crítica. Quase sempre tem ao seu lado a discussão em torno de valores. A segunda, instrumental como a Sociologia Profissional. Uma de suas grandes características é a existência de um cliente. Sua razão de existir é a busca para solucionar problemas apresentados por terceiros aos sociólogos. Alguns clientes especificam a tarefa da sociologia por contratos limitados. Outros, assemelham-se mais a padrões, definindo amplas agendas práticas.

As Sociologias Crítica e Profissional, por sua vez, falam para um público acadêmico. A Sociologia Profissional busca produzir um conhecimento pautado na ciência pura, em princípios sociológicos que eliminem quaisquer envolvimento com os valores e paixões. Por seu lado, a Sociologia Crítica caminha tendo como alvo de sua análise os fundamentos e normas da Sociologia Profissional.

A interpretação de qualquer uma dessas partes, na prática, pode ser feita através dos tipos ideais. Mas, de modo algum somos impedidos de nos movermos através deles o tempo todo sendo cada uma delas “mutuamente responsável”.

Sobre esse caráter “móvel”, o autor defende que a sociologia pode, por exemplo, servir a um determinado cliente assumindo o papel de uma sociologia para políticas públicas e, ao mesmo tempo, produzir um debate público assumindo o viés reflexivo de uma Sociologia Pública e a integração entre os vários tipos de sociologia (BRAGA; BURAWOY, 2009, p. 33).

Quanto ao conhecimento produzido, a sociologia pode ser instrumental quando se empenha na resolução dos “enigmas” da sociologia profissional ou quando busca a solucionar os problemas demandados pela sociologia para políticas públicas. E é reflexiva quando questiona as premissas valorativas da sociedade através da sociologia pública ou da própria profissão de sociólogo como é o caso da sociologia crítica. (Ibid., 32).

Burawoy (Ibid., p. 50) afirma haver uma disputa por poder entre os campos instrumental e reflexivo da sociologia. Um embate que tende a favorecer o

conhecimento instrumental em detrimento do reflexivo, uma vez que o primeiro beneficia-se por fornecer “carreiras” (Sociologia Profissional) e “fundos” (Sociologia para Políticas Públicas), ditando assim a direção da disciplina.

Não obstante o clamor de Burawoy “por uma sociologia pública”, ele mesmo alerta para o que chamou de “patologias”. Entre elas merece destaque o alerta de que “tentada à bajular e seduzir seus públicos” em busca da popularidade, a Sociologia Pública poderia “fazer concessões no que tange aos seus comprometimentos profissionais e críticos” e, ainda, incorrer numa espécie de “vanguardismo intelectual” ao dirigir-se a seu público com “ares de superioridade³” (Id., 2009, p. 47).

4.2. A repercussão da sociologia pública

A sociologia pública proposta por Burawoy repercutiu pelos diversos espaços acadêmicos e eventos importantes nos Estados Unidos e pelo mundo. A grande pergunta era: será mesmo possível unir a sociologia aos interesses das “classes subalternas”? Para alguns, a sociologia pública nada mais era do que um marxismo disfarçado querendo dominar a disciplina. Outros argumentaram que a sociedade civil defendida por Burawoy não é a principal base para a sustentação de uma nova ciência.

Para Turner (2009), os sociólogos não precisam se comportar como cruzados moralistas, pautados em valores e engajamentos, para ganhar a simpatia do público. Precisam, sim, é de conhecimento científico, com dados históricos e uma neutralidade de quaisquer conceitos emotivos e ideais. Para dar um exemplo claro de seu argumento, Turner cita o período da invasão dos Estados Unidos ao Iraque em 2003. Segundo ele, na época a ASA (Associação Americana de Sociólogos), defensora da sociologia pública, opinou ser contrária à invasão. Porém, nem as lideranças do país, nem o público ouviram os sociólogos da ASA.

Turner diz:

Não seremos sociólogos muito competentes (...) se tudo o que tivermos a oferecer ao mundo for nossa indignação, revestida numa roupagem de extremistas num espectro político. Os dados e a análise estão em primeiro plano, e não a ideologia política ou moral. (2009, p. 257-8).

³ Burawoy cita, inclusive, Wright Mills que nutria certo desdém pela sociedade de massa.

Turner defende que para que a sociologia exerça influência duradoura nas políticas públicas e nas decisões tomadas pelos que detêm o poder, será necessário engajar públicos como os cientistas, com explicações que sejam úteis. Caso contrário, a percepção sobre os sociólogos será cada vez menor: “A proposta da sociologia pública de engajamento tenderá a reduzir ainda mais a já bastante limitada influência que os sociólogos exercem nos debates e nas decisões importantes” (BRAGA; SANTANA, 2009, p. 228).

Dando um horizonte aos seus leitores, na tentativa de livrar a sociologia da influência marxista, Turner propõe que os sociólogos atuem como engenheiros sociais. Isso significa dizer que a prática sociológica deve ser pautada em princípios gerais e universais, a partir de métodos simples. Para tanto, “a Sociologia precisa treinar seus praticantes para que sejam mais teóricos; e os teóricos precisam afirmar as teorias de maneira mais formal, para que fique claro o que a teoria postula” (Ibid, 2009, p. 228).

Os sociólogos Boyns e Fletcher (2005) reforçam e ampliam ainda mais o argumento de que a sociologia pública tem como base orientadora o marxismo. Para eles, o marxismo vai dividir ainda mais a sociologia e destruí-la. Sustentam que o marxismo, considerado como a antítese da verdadeira ciência, mais que fundar a unidade, demolirá todo o edifício ao fragmentar e dividir ainda mais nossa disciplina” (apud BURAWOY, 2008, p. 31)

A crítica de Steve Brint (2005) é mais ponderada. Ele ataca a concepção de sociedade civil pensada por Burawoy. Para ele, a sociedade civil tanto é construtiva como destrutiva. E os Estados e o mercado não podem ser pintados como o mal encarnado: “Não menos que a sociedade civil, eles também têm seus momentos progressistas, promovendo o bem estar público” (apud Burawoy, 2008, p. 33). Mas Brint, diferente de Turner, não nega a necessidade de existir um “núcleo moral” para se alcançar a objetividade da sociologia.

Em resposta à crítica de Brint, Burawoy afirma reconhecer que os dois concordam com a necessidade de uma orientação valorativa para a sociologia. Porém, ressalta que nesses tempos de ataque dos Estados e do mercado sobre a sociedade civil, é fundamental decidir de que lado se está. A sociologia pública defendida por Burawoy vai ao encontro dos anseios da sociedade civil oprimida.

Quanto à análise crítica de Turner sobre a cruzada moralista e o tom político da Sociologia Pública, Burawoy argumenta que é impossível a ciência desenvolver conceitos que representem a real complexidade da realidade como ela é. Para ele, é uma ilusão de Turner defender uma proposta que refuta princípios valorativos como base para a produção de conhecimento:

Desenvolver conceitos que espelhem exatamente a infinita multiplicidade do mundo concreto é uma tarefa impossível. A essência da ciência

precisa se basear na simplificação, portanto, usar conceitos que são necessariamente unidimensionais. E no caso das ciências sociais, essa unidimensionalidade é guiada por sua orientação de valor. Ciência social sem valores é impossível (BURAWOY, 2008, p. 32-33).

Quase todos os críticos de Burawoy tocaram no caráter marxista da sociologia pública. Como era de se esperar, o sociólogo reagiu. Primeiro ele diz que os críticos têm uma visão reducionista da proposta e, por isso, não entenderam a fundo o que ela quer dizer.

Burawoy declara nunca ter escondido seus compromissos com o marxismo. Chega a dizer que se ele fosse elaborar uma sociologia pública particular, com certeza, haveria nela a influência marxista. Mas Burawoy diz que não defende uma sociologia particular, ele defende várias sociologias públicas, além da integração e complementaridade entre os quatro tipos de sociologia: Sociologia Pública, Sociologia para Políticas Públicas, Sociologia Profissional e Sociologia Crítica. Diz:

Eu nunca fiz segredo dos meus compromissos marxistas. Porém, meu marxismo sociológico, com sua ênfase na restauração do social, exige uma sociologia profissional pluralista com múltiplos programas de pesquisa correspondendo a múltiplas sociologias públicas (BURAWOY, 2008, p. 41).

Afirma, ainda, que o marxismo quando tornado dominador, tende a se petrificar, como a própria história do século XX demonstra. “O marxismo deve ocupar uma posição minoritária”, explica Burawoy. Ele acrescenta que essa postura de condenar o marxismo é um resquício do período da Guerra Fria, quando a Sociologia Profissional era usada para combater o comunismo e as ideias ditas de esquerda: “A demonização do marxismo como dogmático e dominador é uma relíquia da Guerra Fria, quando a sociologia como ciência pura foi uma frente ideológica no cerco contra o comunismo. Aquele período acabou” (Id., 2008, p. 41).

5 - DA SOCIOLOGIA PÚBLICA AO ATIVISMO SOCIOLÓGICO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Burawoy admitisse que o marxismo devesse ocupar “posição minoritária” na sociologia pública, faz-se mister admitir que alguns conceitos marxistas têm grande importância sobretudo na compreensão do papel do “sociólogo público” enquanto “intelectual público

especializado” capaz de aplicar conhecimentos e teorias sociológicas a questões sociais (GANS, 2002, p. 2, apud SANTOS, 2009, p. 93).

É preciso diferenciar, entretanto, o conceito de “intelectual orgânico”, cunhado por Gramsci (SEMARARO, 2006; Id., 2011), onde o sociólogo poderia aparecer como um “construtor, organizador e educador permanente” e o sociólogo ativista que age entre o “engajado e o especialista, planejando e executando seu ato político com os olhos voltados para sua tradução adequada para o campo midiático” (ASSIS, 2006, p. 42-43).

Entretanto, o conceito de ‘ativismo sociológico’ que se pretende discutir neste último capítulo não deve se aplicar ao sociólogo, mas aos diversos públicos que tenham acesso ao conhecimento sociológico e que, com base nesses conhecimentos possam, através de pensamento sociológico “dar sentido à condição humana por meio de uma análise de numerosas teias de interdependência humana” (BAUMAN; MAY, 2010, p. 24).

Se por um lado, a sociologia pública é um modo de “engajamento intelectual” onde sociólogo e público interagem, por outro, ela precisa ser capaz de conduzir tais públicos para um ativismo que se apóie nos conhecimentos e teorias sociológicas visando à transformação social. Para isso, a sociologia pública precisa atuar junto à sociedade civil formada por “associações e organizações livres, não estatais e não econômicas” (HABERMAS, 2003, p. 99, apud VON BÜLOW; ABERS, 2011, p. 3). E, “na medida em que é exitosa, opera fora das esferas de influência do estado e do mercado” (VON BÜLOW; ABERS, 2011, p. 3).

Na ausência de uma definição tipicamente sociológica de “ativismo” ou “ativista”, optamos por recorrer à etimologia filosófica apresentada no Dicionário Houaiss onde o verbete “ativismo” é definido como “uma ação intencional visando trazer transformação social ou política”, ou ainda, na enciclopédia da rede Wikipédia, onde “ativismo” é definido como “qualquer doutrina ou argumentação que privilegie a prática efetiva de transformação da realidade em detrimento da atividade exclusivamente especulativa”.

O termo ativista foi supostamente adotado na Europa e na América do Norte na tentativa de substituir as palavras “revolucionários”, “radicais” – estes dois com cargas conceituais fortes – e “militantes” que apresentava uma carga conceitual fraca. Ativista, nesse sentido, refere-se ao “agente engajado, movido por sua ideologia e práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos” (ASSIS, 2006, p. 14).

O ‘ativismo sociológico’ proposto neste texto ganha relevância quando enxergamos uma sociedade em que, segundo Zizek (2011, p. 28), o liberalismo pessoal e o

hedonismo coexistem e são sustentados por uma complexa rede de mecanismos estatais regulatórios, onde o Estado, longe de desaparecer, se fortalece. E, como já foi visto, o Estado ao se fortalecer se posiciona geralmente a favor do mercado.

A reação de alguns segmentos da mídia⁴ no Brasil, por exemplo, ao ensino da sociologia e da filosofia no ensino médio, também endossam e justificam a existência de um ‘ativismo sociológico’ capaz de enfrentar o poder de ideologização que os ‘mass média’⁵, defendendo os interesses de mercado, tendem a exercer sobre a população.

Zizek (Ibid., p.31) afirma que, os antagonismos do capitalismo global, a saber: iminente de uma catástrofe ecológica, o caráter inapropriado da “propriedade intelectual”, as implicações socioéticas dos novos desenvolvimentos tecnocientíficos⁶ e, finalmente, as novas formas de *apartheid*, os novos muros e as favelas surgem como uma questão verdadeira e que têm em comum a preocupação com os potenciais destrutivos, inclusive a autoaniquilação da própria humanidade.

Para Bauman e May,

Pensar sociologicamente pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade, daí decorrendo sentidos afiados e olhos abertos para novos horizontes além das experiências imediatas, a fim de que possamos explorar condições humanas até então relativamente invisíveis (2010, p. 25).

Assim, o ‘ativismo sociológico’ que aqui se propõe nada mais é do que a prática e a promoção de uma atitude moral que, através dos conhecimentos e teorias sociológicas, busca privilegiar a ação racional e as necessidades da vida humana tendo como diretriz a transformação social.

Bauman e May (Ibid., p. 27-28) alertam para campanhas contra o “impacto subversivo” da sociologia e recomendam cautela aos que acham que a “sociologia é o poder dos sem poder”. Para eles, “não há garantias de que, adquirido o entendimento sociológico, alguém possa dissolver e destruir o poder das ‘árduas realidades’ da vida”.

⁴ Cf. Ideologia na cartilha. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/310310/ideologia-cartilha-p-116.shtml>. Acesso em: 10 de Outubro de 2011

⁵ ‘Mass media’ são todos os meios de comunicação de massa: televisão, rádio, jornal, revista, internet.

⁶ Especialmente na biogenética.

Alegam ainda que “o poder da compreensão não é páreo para as pressões de coerção, aliadas ao senso comum resignado e submisso sob condições econômicas e políticas dominantes”.

Na impossibilidade de se responder às questões norteadoras propostas pelo presente trabalho de forma conclusiva, recomenda-se o seguinte.

Em primeiro lugar, estimular e fomentar laboratórios interdisciplinares para pesquisar o impacto do conhecimento sociológico em diversas áreas dos saberes humanos com o objetivo de verificar como a sociologia pública⁷ pode, efetivamente, estar contribuindo para a formação de diversos profissionais como, por exemplo, da saúde, educação, desenvolvimento urbano, gestão pública e na análise de políticas públicas.

E, finalmente, desenvolver através de programas de pesquisa e extensão uma metodologia de qualificação para ‘ativistas sociológicos’ destinados a profissionais de outros campos do conhecimento humano que, a partir do momento em que tenham acesso aos conhecimentos de teorias sociológicas, possam aplicá-los de forma a complementar suas atividades profissionais numa perspectiva transdisciplinar.

6 - REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo In: SADER, E. et ali (orgs). **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ASSIS, Érico Gonçalves. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BARROS, Aidil de Jesus Paes. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Trad. André Telle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0

103-49792009000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 Out. 2010.

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2009.

BURAWOY, Micheal. A sociologia da terceira onda e o fim da ciência pura. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 25-50, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/865>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. A sociologia pública em tempos de Barack Obama. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200002&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 8 jun. 2009.

CARLOS, Euzineia; SILVA, Marta Zorzal. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política & Sociedade**. n. 9, out. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1838/1601> Acesso em: 01 maio 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

ESTANQUE, Elísio. Sociologia e engajamento em Portugal: reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 Jun. 2011.

HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2009.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, a. 9, n. 18, p. 248-295, jul. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2011.

MELLO E SILVA, Leonardo. Touraine, Burawoy, Gramsci: do social ao político. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

⁷ Sobre isso, consultar SILVA, 2009.

49792009000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2009..

_____. Prática de pesquisa e “sociologia pública”: um discussão em torno de cruzamentos possíveis e outros nem tanto. **Revista Sociologias**, a. 11, n. 22, dez. 2009 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/9640>. Acesso em: 12 fev. 2011.

MINAYO, Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2011.

SANTOS, Ana Cristina. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, dez. 2006. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2278581>. Acesso em: 18 mai. 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2011.

SEMERARO, Giovani. Intelectuais ‘Orgânicos’: atualidade e contraponto. 29ª reunião anual, In: **ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2687--Int.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Intelectuais “Orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

TOURAINÉ, Alain. A sociologia pública e o fim da sociedade. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2011.

TURNER, Jonathan H. Contra a sociologia pública: será ela a melhor forma de tornar a sociologia relevante? **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun 2011.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

VON BÜLLOW, Marisa; ABERS, Rebecca. As transformações do estudo dos movimentos sociais: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? In: **Congresso “Whatever Happened to North-South”**. IPSA_EPCR Joint Conference, São Paulo 2011. Disponível em: <http://saopaulo2011.ipso.org/paper/transformation-social-movement-studies-how-study-activism-across-state-civil-society>. Acesso em: 15 jul 2011.

ZIZEK, Slavoj. A verdadeira utopia. **Conhecimento Prático Filosofia**, n. 31, p. 26-35 São Paulo: Escala, 2011.